

Zélia controlará execução do orçamento

O GLOBO

09 JAN 1991

BRÁSILIA — O Presidente Fernando Collor vai aumentar os poderes já amplos da Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, transferindo a ela, por decreto, a atribuição presidencial de autorizar a execução do Orçamento da União. A Ministra poderá autorizar os gastos previstos no orçamento através de portaria, para exercer com maior rigor o controle dos gastos dos Ministérios neste ano. No entanto, não poderá transferir dinheiro de um órgão para outro. Isso só o Presidente da República pode fazer em alguns casos e, em outros, com autorização do Congresso.

Ontem, o Presidente almoçou com a equipe econômica, para discutir detalhes finais das medidas que compreendem o esforço fiscal adicional para 91. Ele passou em revista as medidas fiscais, como cancelamento de programas de investimentos; extinção e privatização de novas empresas públicas; corte de gastos e proibição de novos endividamentos das estatais; e contingenciamento das despesas do Governo central, além de trocar idéias sobre os pontos da Constituição que o Ministério da Economia quer rever.

Até o final do primeiro semestre, Zélia pretende autorizar apenas 15% do total das dotações de custeio dos Ministérios, para forçá-los a priorizar seus gastos com a máquina. No segundo semestre, começará a liberar o restante das dotações, na medida em que houver receita para financiá-las. Atualmente, a execução das dotações é autorizada mensalmente por decreto presidencial.

Em relação aos investimentos, a

Ministra vai suspender todas as transferências de recursos ordinários, cumprindo apenas o repasse das dotações legalmente determinadas (com receita vinculada). Ela quer que os órgãos públicos apresentem seu próprio plano de cortes, conforme já foi determinado pelo Presidente Collor. Com essa estratégia de administração do caixa da União, será possível cortar efetivamente 0,3% do PIB (Cr\$ 165 bilhões) dos investimentos da administração direta.

A Secretaria de Administração está dando parecer final sobre as propostas de cortes do Departamento de Orçamentos. Entre as centenas de rubricas indicadas, estão, por exemplo, recursos para incentivo ao consumo interno de café; às pesquisas biológicas; à formação do patrimônio do servidor público etc. Depois de uma profunda análise do orçamento, o Departamento de Orçamentos verificou que existem centenas de dotações que são verdadeiros escoaduros de recursos públicos. Na relação feita, apurou-se dotações de valor total de 1% do PIB (Cr\$ 550 bilhões), mas 70% delas são financiadas por receitas legalmente vinculadas, que o Executivo não pode cortar.

Com uma redução esperada de despesas e aumento de receita que deverão gerar uma economia de 1,5% do PIB (Cr\$ 825 bilhões) em 91, o Ministério da Economia quer garantir um superávit operacional do Governo Federal e da seguridade social de 0,6% do PIB neste ano, conforme meta que será negociada com o FMI, na próxima vinda da missão negociadora ao Brasil.